

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelos organizadores da publicação, em 16 de setembro de 2021, para disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

IADANZA, Enaile do Espírito Santo; ANDRADE, Manoel Pereira de (org.). **Quilombolas de Mamuna e Canelatiua, Alcântara – MA**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. 30 p., il. (Cadernos Vivência Amazônica; 2).



Cadernos
**Vivência
Amazônica**

*Quilombolas
de Mamuna
e Canelatiua
Alcântara - MA*

2

CADERNOS VIVÊNCIA AMAZÔNICA Nº 2
QUILOMBOLAS DE MAMUNA E CANELATIUA
ALCÂNTARA - MA

Projeto de Extensão Vivência Amazônica
Universidade de Brasília

Vivência Amazônica 2019

30 de novembro a 21 de dezembro de 2019

Organização

Prof^a. Dr^a. Enaile do Espírito Santo Iadanza
Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade

Estagiário

Pedro Saliba Curi

Pesquisa:

Anna Clara de Faria Martins Vieira
Bárbara Costa Resplandes
Bruna Braz Braga
Enaile do Espírito Santo Iadanza
Ludmila Ewerton Moura
Marcela Dálete de Moraes Santos
Raquel Moreira Wazlawosky
Vanessa da Silva Rodrigues

Transcrição dos áudios:

Anna Clara de Faria Martins Vieira
Barbara Costa Resplandes
Bruna Braz Braga
Heloisa Goulart Vilela
Lila Shalamar Aquino de Oliveira
Raquel Moreira Wazlawosky
Taryk Robert de Araújo Maciel
Thainah Pereira de Freitas

Colaboradores:

Ana Beatriz Ribeiro Sena
Larissa Gomes Machado

Projeto gráfico e editoração

Raissa Ferreira

Fotografias

Acervo do Núcleo de Estudos Amazônicos

Mapa

Ludmila Ewerton Moura

Endereço no repositório institucional da UnB: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42106>

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza Faustino dos Santos - CRB 1/1913

Q6

Quilombolas de Mamuna e Canelatiua, Alcântara - MA /
organização: Enaile do Espírito Santo Iadanza, Manoel Pereira
de Andrade. – Brasília : Universidade de Brasília, 2021.
30 p. : il. – (Cadernos Vivência Amazônica ; 2).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86503-45-6 (impresso)

ISBN 978-65-86503-44-9 (e-book)

1. Amazônia - Aspectos sociais. 2. Quilombolas - Alcântara
(MA). I. Iadanza, Enaile do Espírito Santo (org.). II. Andrade,
Manoel Pereira de (org.). III. Série.

CDU 316.35(81)

APRESENTAÇÃO

Os *Cadernos Vivência Amazônica* pretendem mostrar algumas das experiências vividas pelos e pelas estudantes que participaram do Projeto de Extensão “Vivência Amazônica”, coordenado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB), e dar visibilidade aos modos de vida e trabalho e à cultura das comunidades vivenciadas e suas relações com a natureza.

O Projeto Vivência Amazônica tem sido realizado a cada ano letivo e tem como principais participantes os e as estudantes da disciplina “Tópicos Especiais sobre a Amazônia”, do NEAz/CEAM/UnB. Os e as estudantes se organizam cerca de seis meses antes da concretização da Vivência Amazônica para planejar a elaboração do projeto, a agenda, o roteiro, o período, as habilidades e cuidados, e para realizar estudos sobre as comunidades selecionadas.

A Vivência Amazônica busca proporcionar às e aos participantes uma aproximação às realidades e causas amazônicas. Desta forma, entendeu-se que o contato dos e das estudantes com a Amazônia, além da sala de aula, seria importante para que pudessem conhecer o meio natural, as transformações que vêm ocorrendo nessa vasta região, as cidades e seus equipamentos e vivenciar a realidade dos povos indígenas, das populações e comunidades tradicionais da Amazônia.

Também pretende contribuir para o processo de autoconhecimento de seus participantes, de interações destes com o contexto vivenciado e mediado por intensos diálogos e relações de trocas entre os e as participantes da Vivência e o conjunto dos povos indígenas, populações e comunidades tradicionais e demais sujeitos que participam da Vivência e de seu processo de construção. Os ensinamentos de Paulo Freire seguem conduzindo todo o processo de aprendizado, possibilitando entendimentos de que “não há saber mais, não há saber menos, há saberes diferentes”.

Esperamos que a série *Cadernos Vivência Amazônica* contribua para despertar o interesse por esse mundo, desconhecido para muitos, que é a Amazônia, com seus ricos ecossistemas e a grande diversidade étnica e cultural de seus povos e comunidades.

Boa leitura



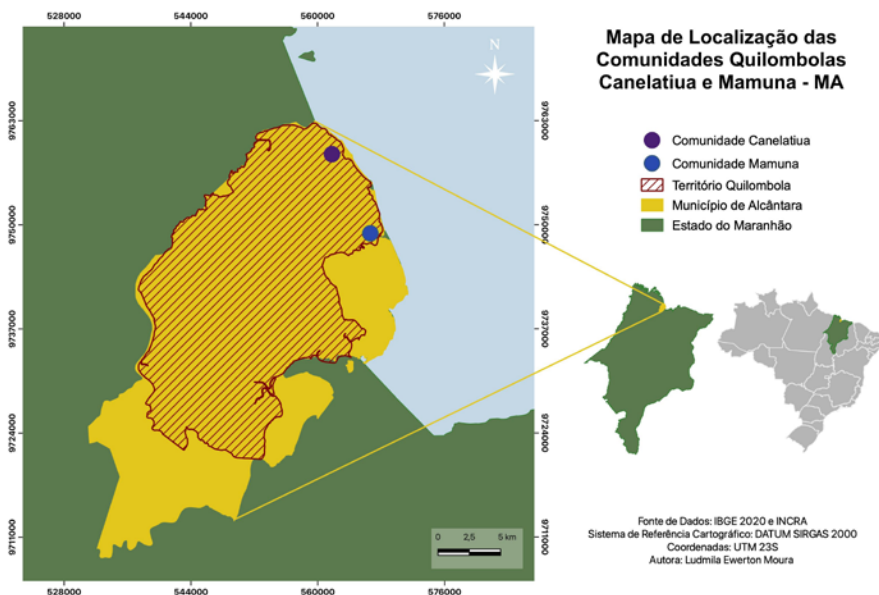
SUMÁRIO

COMUNIDADES VIVENCIADAS	6
Mamuna	8
Canelatiua	11
ALCÂNTARA É QUILOMBOLA	13
Quilombolas e o Centro de Lançamento de Alcântara	15
Incertezas	19
Organização dos/as Quilombolas	20
A luta continua	22
REFERÊNCIAS	23
AGRADECIMENTOS	25
FOTOGRAFIAS	26
PARTICIPANTES DA VIVÊNCIA AMAZÔNICA 2019	29

COMUNIDADES VIVENCIADAS

A Vivência Amazônica 2019, que ocorreu de 30 de novembro a 20 do mês seguinte, esteve durante os dias 3 e 4 de dezembro nas comunidades Mamuna e Canelatiua, no município de Alcântara, no estado do Maranhão. A escolha de Alcântara partiu das pesquisas e de conversas realizadas em sala de aula, e fora dela, que colocaram a importância da luta de décadas da população quilombola¹ deste município frente às sucessivas ameaças do governo em tomar seus territórios para criação e ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), destinado ao lançamento de veículos espaciais.

A definição das comunidades Mamuna e Canelatiua foi fruto de diálogos realizados com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR-Alcântara) e com o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE). Estas duas organizações participaram das atividades do Dia da Amazônia (5 de setembro) que o Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) realizou em 2019, informando sobre suas lutas em defesa dos territórios quilombolas de Alcântara, às quais o NEAz se somou com firmeza. Essas organizações possibilitaram que os par-



¹ O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu segundo artigo diz que “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

ticipantes da Vivência Amazônica pudessem conviver com quilombolas das comunidades Mamuna e Canelatiua, observando um pouco de seu modo de vida, suas lutas e sua força para enfrentar e resistir em seus territórios de direito. Na comunidade quilombola de Mamuna vivem 80 famílias e na de Canelatiua vivem 67 famílias.

Nas duas comunidades vivenciadas foram realizadas rodas de conversa, denominadas

de Seminários Itinerantes, com lideranças e membros das comunidades, período no qual puderam expor suas histórias, seu modo de vida, seus conflitos, suas lutas e conquistas. Foram visitados quintais, roças, locais de pesca e de processamento de produtos, principalmente de farinha. Foi possível ainda dialogar com diversas famílias que abrigaram solidariamente os/as participantes da Vivência Amazônica.



Roda de conversa realizada na comunidade quilombola Mamuna, município de Alcântara, estado do Maranhão



Roda de conversa realizada na comunidade quilombola Canelatiua, município de Alcântara-MA

As comunidades quilombolas Mamuna e Canelatiua têm um forte vínculo com seus territórios de trabalho e vida e, por estarem localizadas no litoral, também têm relação estreita com o mar. Realizam atividades como a pesca, a agricultura, o extrativismo, a coleta e também confeccionam artesanatos. Apesar de terem seus modos de vida historicamente e institucionalmente invis-

bilizados, as comunidades construíram suas identidades através da existência naquele espaço. A regularização fundiária do território quilombola de Alcântara, recorrentemente negada, é um direito imprescindível para a permanência das comunidades e, conseqüentemente, para a existência de suas culturas e conhecimentos tradicionais (ARAÚJO e DOMINGOS, 2006; LOPES, 2016).

Mamuna

A comunidade Mamuna se baseia, principalmente, na agricultura, extrativismo vegetal e na pesca. Produz a farinha de mandioca, o óleo de coco babaçu, o óleo de mamona e o carvão vegetal, que é obtido através do reaproveitamento de madeira remanescente das práticas agrícolas. Os excedentes da pesca e da produção agrícola são disponibilizados para a venda na própria comunidade ou nas comunidades próximas, especialmente nas agrovilas, que são os reassentamentos das comunidades deslocadas pelo Centro de Lançamento Espacial. A farinha tem sido o produto mais disponibilizado para venda.

O principal sustento daqui da comunidade é a pesca e a farinha. São os dois principais, não tem para onde correr. Peixe tem tainha, robalo, pescada, corvina, uns peixes assim da água do mar, da água salgada mesmo. Tem vários tipos de redes, conforme a maré a gente tem rede pequena, rede grande, aí a gente só vai no mar mesmo e pega, é bem rápido, demora não. A farinha, a gente planta a mandioca e faz a farinha. A gente vende o que sobra, depois de tirar o nosso. Quando ia vender tinha o barco aqui que sempre levava daqui pra São Luís direto. Era barco a vela mesmo, não tinha motor, levava tudo. O peixe também ele levava, mas o peixe geralmente a gente vende aqui mesmo, nas agrovilas próximas, desde que o povo tirou o pessoal daqui. Que saíram daqui da praia, da beira da praia, há anos atrás, aí eles ficaram mais longe da praia, aí como é que a gente vai fazer, a gente tá tão perto da praia, a gente pega daqui e vende lá pra eles. Alguns já vieram aqui pescar também, mas a maioria não vem. Vem muita gente comprar aqui também, para levar para as comunidades, aí às vezes a gente tá aqui também e a gente leva para as comunidades. Para São Luís, o peixe daqui

mesmo é bem pouco. Assim, pesca, em termos de venda, a gente quase não pesca para vender. Porque a gente pescar para vender tem que pegar 300-400 quilos de peixe. Mas a gente não pega isso, a gente pega 20-30 quilos de peixe, entendeu? E vende ali para o pessoal da agrovila, não é aquela pesca tipo, vou colocar um monte de rede, vou pescar mil quilos de peixe para vender lá em São Luís. Aqui não tem isso não. A gente também faz carvão. O carvão da madeira mesmo. A gente vai roçar, aí a gente roça para fazer a farinha, para plantar a mandioca. Aí quando a gente roça e toca fogo, aí fica a madeira, essa madeira que fica a gente pega e faz carvão. Nada é tirado da natureza só para fazer carvão, a gente aproveita para fazer (morador de Mamuna).

As mulheres têm o coco babaçu que elas quebram e tem também o carvão. Do babaçu faz o azeite. O azeite de coco babaçu é muito bom pra fritura, pra fazer comida mesmo. O de carrapato, que é chamado o óleo de mamona, também tem. Também vende em São Luís, geralmente vem alguém que compra da comunidade mesmo, pega e leva para vender fora, faz o contrato lá e leva (morador de Mamuna).

Os quilombolas afirmaram que o medo de serem realocados, ainda mais para lugares distantes do mar, somado à insegurança de não ser possível manter uma alimentação baseada na pesca e na agricultura, como tem ocorrido nas agrovilas, tem provocado alterações em seu modo de vida.

Como a gente vive em um estado de insegurança, a gente tem que aprender a fazer um monte de coisa. Porque se eu não aprender a criar o pinto, eu vou ter que me virar para criar o boi, então eu tenho que criar galinha, porco, boi, a vaca, porque eu posso ir morar onde só tem água, e aí? Eu vou criar galinha? Eu vou criar pato, porque pato dá

Etapas do processo de produção da farinha de mandioca na comunidade Mamuna



Mandioca descascada colocada na água para fermentar



Ralando a mandioca



Colocando a massa da mandioca ralada no tipiti² para ser prensada



Prensando a massa da mandioca ralada



Peneirando a massa da mandioca prensada para ser torrada



Torrando a massa, última etapa da produção da farinha



Colocando lenha no forno, onde a massa de mandioca peneirada está sendo torrada para a farinha

² Tipiti é um artefato de origem indígena, cilíndrico, feito de fibras vegetais trançadas, utilizado para espremer a massa da mandioca, funcionando como prensa, para a fabricação de farinha. Coloca-se a massa da mandioca ralada em seu interior e posteriormente suas extremidades são esticadas, para espremer a massa para retirar o máximo de líquido. É muito utilizado entre as comunidades indígenas e ribeirinhas.

na água, mas galinha não dá. A gente tem que aprender fazer isso. É você viver todo dia aprendendo alguma coisa, não é porque você é curioso, mas aprender pela necessidade, para você viver, porque você pode ficar sem ter o seu alimento na mesa (moradora da comunidade Mamuna).

A comunidade Mamuna depende diretamente dos bens da natureza existentes. Seus moradores apresentam uma grande preocupação em relação à continuidade do uso destes bens para seu sustento. Para as comunidades é imprescindível a conservação da vegetação, do ambiente marinho e da água presentes em seus territórios de trabalho para a continuidade da vida. Os membros da comunidade se referem aos seus modos de vida como sinônimo e liberdade. “A gente tem medo de sair daqui e perder tudo isso, essa liberdade que a gente tem, essa facilidade de sobreviver.

Quem mora na beira de uma praia dessa aqui um paraíso, dinheiro não tem, mas só tem a sua liberdade” (moradora de Mamuna). A maior parte dos alimentos consumidos é produzida na própria comunidade, o que garante a sua autonomia, que se desenvolve de maneira sustentável e abundante a partir dos bens naturais aos quais têm acesso.

O modo de vida das comunidades reflete a forte relação dos quilombolas com o território onde vivem. Os relatos dos moradores evidencia, com frequência, como a identidade é conectada com sua ancestralidade e com a terra. Portanto, mudanças no ecossistema onde as comunidades estão inseridas podem alterar de forma significativa seu modo de vida, seu processo de trabalho e sua cultura.

Aqui nós lutamos por uma justa causa, que são as nossas raízes, a nossa identidade, a nossa vida. (...) Sair daqui é perder uma



Casas da comunidade Mamuna



Espaço de descanso e conversas em Mamuna



Praia da comunidade Mamuna



Secagem da palha de palmeiras utilizadas para a cobertura de casas e cestos em Mamuna

parte da vida, é perder a identidade de um povo, é perder a liberdade, é perder o contato vivo com a natureza, e poder realmente viver e cuidar dela porque ela também cuida de cada um de nós. Ela que nos dá alimento, ela que nos dá as fontes de água para que nós possamos beber e sobreviver, porque nós sabemos que a água é vida. Então ela nos alimenta, e nós temos que ter o cuidado de cultivar o máximo possível, e lutar por ela. (moradora de Mamuna).

Canelatiua

Assim como em Mamuna, na comunidade Canelatiua a agricultura e a pesca constituem a base de seu trabalho e da sua alimentação. Segundo relatos dos moradores a produção é abundante e segue um calendário e práticas de manejo bem conhecidas por eles. O principal produto da comunidade é a farinha de mandioca e há todo um saber em relação a este produto que vai do plantio à produção da farinha.

Uma das grandes produções daqui é a farinha. Todo ano, graças a Deus temos uma produção muito elevada. A farinha aqui melhorou muito, Você lava a mandioca quando vem da roça todinha, coloca na caixa d'água limpinha, aí três dias se tira de lá e mete no catitu, e vai serrando, jogando na prensa e já vai torrando. Aí a farinha ó, fica dez, não tem azedume, não tem nada, sem corante nenhum. É amarelo natural mesmo, nem coloral nem nada, é pura mesmo, é pura mesmo. Não existe mistura química nenhuma aqui, ela é bonita porque pessoal capricha mesmo (morador de Canelatiua).

No período de chuva, que considera o inverno, é o período que temos muita fruta, temos manga, coco nem considera como fruta, muita banana, temos muita juçara, bastante buriti, murici. Aí já entra bacuri, muito milho.

Agosto dá muito caju, frutas de espinho que consideramos cítricas né? Mamão dá o ano todo, goiaba. Nesse período dá muita jaca, muita acerola o tempo todo, jambo. A base alimentar é peixe, nós não temos muito camarão. Temos ostra, sururu, caranguejo, siriri, e peixe de todo tipo que vocês puderem imaginar. Tem um bem pequeno, jurupeba. Quebra ele tira o miolo dele. Pescada amarela tem bastante aí, que é caríssima na cidade (moradora de Canelatiua).

Nós costumamos roçar em setembro, queimar em novembro, trabalhamos com o toco, as áreas não são destocadas não. Só no braço bruto mesmo. Aí em dezembro se planta tudo, se planta: maniva, semente de melancia, o quiabo, maxixe, abóbora. A melancia, ela dá bastante, essa terra arenosa é muito boa com melancia aqui, um pouco de feijão também dá, a terra é boa nesse período. Dezembro se planta tudo, quando chove se planta tudo isso aí (morador de Canelatiua).

Canelatiua reúne seus filhos especialmente em festejos católicos. A Vivência Amazônica pôde observar a organização de um desses festejos que aconteceria quatro dias após nossa passagem pela comunidade. É a festa da Imaculada Conceição, realizada no dia oito de dezembro.

Aqui a gente faz tipicamente dois festejos, o da Páscoa e o grande festejo de Imaculada Conceição. Começou em 1919, e este ano a gente comemora esse festejo. A bandeira a gente coloca no mastro, um tronco de madeira. Ele é todo enfeitado, a gente enfeita com folhas de murta, coloca frutas penduradas, bolos, tapiocas, cachacinha (morador de Canelatiua).

A comunidade possui conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, que são usadas em chás, banhos, emplastos, resinas, leites e xaropes, por exemplo,

a janaúba e urupurama são algumas das plantas utilizadas para os “feitos”. Existem pessoas referenciadas na comunidade pelo conhecimento da medicina popular. Seu Domingos, popularmente conhecido como Doutor dos Ossos, era muito referenciado em Canelatiua, e também fora da sua comunidade, por seus saberes e práticas adquiridas no tratamento dos ossos.

Aqui a gente tinha o meu padrinho Domingos, era nosso faz tudo, detentor da história, do documento. Era um cara respeitado mesmo, qualquer coisa que queríamos fazer, tinha que primeiro conversar com ele. Ele era um médico, benzedor, o nosso ortopedista. Não precisava de nenhum ferro, de nenhum raio-x, nenhum parafuso, nenhum pino, mas ele deixava tudo no lugar, de verdade. Joelho, fratura,

fratura exposta, hemorragia, ele fazia uma oração e o sangue estancava. Ele era o cara. Tem também a Maria do Gogó, umas das melhores parteiras que teve aqui, benzedeira.

Não conseguimos conhecer seu Domingos por já ter falecido, mas seu saber foi repassado ao filho, que tem realizado a cura popular. Um dos membros da Vivência Amazônica pode experimentar a sabedoria popular para curar seu pé torcido numa das andanças. Já havia decidido voltar para Brasília, por não aguentar caminhar. No entanto, após o tratamento de algumas horas, proporcionado pelo discípulo de seu Domingos, já começou a sentir os efeitos benéficos da cura. Depois de alguns dias, já não havia mais nada em seu pé e pôde seguir vivenciando.



Casas da comunidade Canelatiua



Curso de água utilizado pela comunidade Canelatiua



Cozinha de Canelatiua utilizada para festas



Praia da comunidade Canelatiua

ALCÂNTARA É QUILOMBOLA

As causas dos quilombolas do município de Alcântara são consideradas de grande significado para a história dos quilombos no Brasil. Isso devido à ancestralidade da ocupação de seus territórios e à história de luta e resistência quilombola da região. No município de Alcântara se encontram 231 comunidades quilombolas que trabalham e vivem há séculos, ocupando mais da metade das terras do município, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social de 2015³.

A formação histórica do território de Alcântara tem como primeira referência os indígenas que lá viviam, principalmente os Tupinambá⁴. Quando franceses, holandeses, e, principalmente, portugueses começaram as ofensivas em territórios brasileiros, eles eram os ocupantes daquela região. Foram escravizados, violentados e mortos. Sua perseguição e captura era a “atividade econômica” principal da região a partir de início do século XVII. “Durante muito tempo, a principal atividade limitou-se a expedições rio acima em busca de índios para escravizar, [...] sendo a única «indústria» significativa a captura e exportação de escravos índios” (SERRÃO e MARQUES, 1992).

Em 22 de dezembro de 1648, Alcântara foi reconhecida como Vila. Ela já vinha se destacando na região por se constituir num ponto de apoio importante para a navegação e para assegurar a Portugal o domínio do território, que vinha sendo invadido na disputa ultramarina. Nesse período os escravos eram indígenas que “serviam”,

principalmente em explorações agrícolas particulares e também nas vastas extensões de terra pertencentes às ordens religiosas. Somente a partir da era pombalina⁵ (1750-1777) foi que o tráfico de pessoas escravizadas provenientes da África teve seu início, tendo sido financiado pela Coroa (BRAGA, 2011).

O sistema de capitanias com “colonos” escravizando índios em estabelecimentos de pequena exploração, com fazendas de ordens religiosas e com as atividades comerciais controladas pelos clérigos, que caracterizava Alcântara até 1755, é transformado radicalmente pela governação pombalina. Financiando o tráfico de escravos da África, ampliando a capacidade produtiva e vinculando, através de frotas regulares, a região ao mercado europeu (ALMEIDA, 2006).

Com o Marquês de Pombal o tráfico de pessoas ganhou força⁶ e esses homens escravizados e mulheres escravizadas passaram a ser a “mercadoria” mais lucrativa do período. Após quase dez anos da era pombalina, principalmente com a expulsão dos jesuítas do Império português, em finais de 1759⁷, a estrutura fundiária de Alcântara se altera. A estatização e confisco dos bens e das propriedades da Companhia de Jesus contribuiu para essa mudança já que muitas propriedades foram desagregadas passando para mãos de privados (GLIELMO, 2010).

Até início do século XIX o algodão era o

³ www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf

⁴ Os Tupinambá viviam na aldeia Tapuitapera, onde mais tarde seria criada a Vila de Santo Antônio de Alcântara.

⁵ No reinado de D. José I em Portugal, o Marquês de Pombal foi o primeiro ministro entre 1750 e 1777, período que é chamado de pombalino.

⁶ O tráfico de pessoas escravizadas é potencializado na região de Alcântara com a fundação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

⁷ A Companhia de Jesus foi expulsa do Império português através do Alvará de 3 de setembro de 1759. Em 1760 os últimos jesuítas embarcaram para o reino partindo do Grão-Pará e Maranhão (GLIELMO, 2010).

principal produto comercializado de Alcântara e dava opulência e notoriedade ao comércio do Maranhão. Ao mesmo tempo Alcântara se tornava um grande centro de força de trabalho baseada em mão-de-obra escrava. A cana-de-açúcar e o arroz também proporcionaram “notoriedade” comercial e patrocinaram a escravidão. Posteriormente, vem a decadência das explorações agrícolas e o seu abandono. As explorações abandonadas passam a ser cultivadas por agricultores e agricultoras familiares.

Escravos, cuja aquisição havia sido facilitada pela Companhia Geral de Comércio, índios desaldeados e que se mantinham livres nas antigas fazendas das ordens religiosas, ex-escravos e alforriados e também escravos fugidos compunham essa camada de pequenos produtores agrícolas em formação (ALMEIDA, 2006).

No processo de formação étnica e social do território alcantareense, medidas repressivas contra os quilombos nunca deixaram de ocorrer. Já com o Brasil independente em 1835, o governo instituiu uma polícia rural e através dela os escravos e escravos “fugidos” sofreram perseguições e torturas sem precedentes e foram assassinados.

O Poder Legislativo, constituído no Maranhão, primeiramente autorizou o Executivo a criar, em cada distrito da província, corpos de uma Polícia Rural (Lei Provincial nº 5, de 23 de abril de 1835), que teria como principal função realizar a captura de escravos fugidos, a destruição e o combate aos quilombos. Em 1836, criou o Corpo de Polícia do Maranhão e, durante dois anos, as duas organizações coexistiram. A Polícia Rural foi extinta em 1838, mas recriada pouco tempo depois com outra denominação, pois, em 1840, novamente o Legislativo autorizou a organização de um corpo de Guardas Campestres, agora em cada município,

para se dedicar ao ataque e destruição de quilombos (FARIA e DUTRA, 2011).

Pesquisas minuciosas, publicadas no ano de 2006 em dois volumes intitulados Os quilombolas de Alcântara e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico, realizadas por Alfredo Wagner Berno de Almeida, constataram que, entre 1835 e 1886, havia povoados quilombolas em todos os tipos de estabelecimentos de Alcântara. “Detectei, finalmente, a menção explícita a quilombos em documentos alusivos a todas as quatro freguesias correspondentes a Alcântara no século XIX” (ALMEIDA, 2006). Assim, com as leituras para elaboração deste caderno e a partir das conversas na cidade de Alcântara e, principalmente, com as comunidades quilombolas vivenciadas Mamuna e Canelatiua foi possível verificar que **Alcântara é Quilombola**.



Campanha em defesa do território tradicional das comunidades quilombolas de Alcântara, do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE).

A trajetória dos quilombos de Alcântara foi marcada por constantes enfrentamentos aos ataques sofridos, por resistências e construções de estratégias de reprodução econômica e social. A partir da década de 1980, em plenos tempos recentes, os quilombos e quilombolas continuaram a enfrentar as investidas por parte do Estado e do capital nacional e internacional para desarticular suas estruturas sociais e de trabalho. As comunidades quilombolas, no contexto da ditadura militar⁸, sofreram um ataque significativo com a invasão de seus territórios por parte do Centro de Lançamento da Base Espacial. Um conflito que parte de práticas colonialistas ainda presentes no pensamento escravocrata, dessa vez não da nobreza, mas sim do capital sustentado pelos poderes do Estado brasileiro.

Quilombolas e o Centro de Lançamento de Alcântara

No final da década de 1970, durante a ditadura militar, a região de Alcântara passou a ser considerada área de interesse para atividades espaciais. O município de Alcântara tinha uma posição estratégica, por estar a pouco mais de dois graus ao sul da linha do Equador, e vantajosa para lançamentos na órbita equatorial, facilitando as operações e diminuindo custos (IPEA, 2018). Assim, Alcântara poderia abrigar um Centro de Lançamento, o que aconteceu nos anos seguintes.

A década de 1980 marcou as atividades espaciais brasileiras pela concretização do

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O governo do estado do Maranhão, através do Decreto 7.820, de 12 de setembro de 1980, desapropriou 52 mil hectares para a implantação do CLA, atingindo milhares de famílias quilombolas.

O decreto atingiu cerca de 2000 famílias de agricultores, pescadores, extrativistas, artesãos, que vieram a ser, posteriormente, reconhecidos pelo Estado Brasileiro como comunidades remanescentes de quilombos. Essas famílias, então expropriadas, viviam e trabalhavam tanto no interior quanto no litoral de Alcântara (SOUZA FILHO e ANDRADE, 2020).

Apesar de ter sido inaugurado no dia 1 de março de 1983, só em novembro de 1989 o CLA lançou seus primeiros foguetes. Posteriormente, em 1991, mais 10 mil hectares foram desapropriados pelo governo Collor, ampliando a área sob o controle dos militares para mais da metade do município de Alcântara. Esses processos de desapropriação dos territórios quilombolas para “utilidade pública” deslocaram 312 famílias de 23 comunidades, que foram deslocadas compulsoriamente para agrovilas⁹, entre 1986 a 1988, arquitetadas pela Aeronáutica. Foram prometidas indenizações e outras diversas compensações, as quais o Estado negligenciou, acabando por cair no esquecimento (LOPES, 2016).

A primeira situação de violação foram as agrovilas, a forma como se deu, metade... mais da metade... a grande maioria das pessoas que foram, que sofreram pelo re-

⁸ A ditadura militar no Brasil perdurou de abril de 1964 a março de 1985.

⁹ Agrovila é como denominam o conjunto de casas estruturadas pela Aeronáutica o remanejamento das comunidades quilombolas expropriadas de seus territórios ancestrais pela criação do Centro de Lançamento de Alcântara. Cada família recebia cerca de 15 hectares de terra, bem inferior ao módulo fiscal definido para o município de Alcântara, no Maranhão, que é de 55 hectares (Brasil, 1979).

manejamento na década de 80, até hoje não foram indenizadas. A maioria das pessoas ainda está na justiça e grande parte das pessoas que foram remanejadas já morreu, e morreram sem sofrer qualquer tipo de reparação, indenização, compensação (moradora de Canelatiua)

Eles prometeram alimentação pras famílias, durante um período, e... um ano, dois anos, e só. Levaram duas quentinhas, uma no almoço e uma na janta, a partir daí é cada um por si e Deus por todos. Foi sofrimento, porque as pessoas não conheciam, o povo da comunidade, eram casas e a arezinha do quintal desmatada, não tinha um pé de árvore pra fazer uma sombra, uma fruteira, os animais ficavam no sol, foi ruim, muito ruim (morador de Canelatiua).

As rodas de conversa realizadas nas comunidades Mamuna e Canelatiua durante a Vivência Amazônica 2019 mostraram, através dos relatos de seus moradores, como agiam as forças militares para levar a cabo seus interesses em expropriar as famílias. As famílias também não puderam escolher o território para onde seriam transferidas e, além disso, a arquitetura e a organização das comunidades não foram levadas em consideração na montagem das agrovilas.

O processo de realocação das comunidades aconteceu da seguinte forma: eles fizeram uma casa modelo, que eles chamaram casa modelo, lá na sede de Alcântara e levaram as pessoas das comunidades pra ir conhecer. Primeira coisa que tem que ser dita: é uma casa totalmente diferente das que as comunidades tinham há 30 anos. [...] O pessoal olha uma casa dessas, de alvenaria, é bom, né? Então eles construíram casas que a gente pode chamar de vilas, mas eles chamaram agrovilas. Isso começou em 1980, as primeiras comunidades a serem trans-

feridas foi em 1986. Então de 80 a 86 houve essa conversa, escolhem o lugar, que não foi escolhido pelas comunidades. Fazem as casas e aí no período da realocação chegavam com os caminhões..., hoje é a família tal. Aí põe tudo que tem nesse caminhão e leva e também as pessoas não escolhiam a casa. Eu sou vizinha de tal e eu quero permanecer assim. Não! As casas foram sorteadas, peguei o número 13, e aí eu vou pra casa número 13, então foi assim que aconteceu (moradora da comunidade Canelatiua).

Os impactos do Centro de Lançamento de Alcântara nas comunidades quilombolas da região repercutem em âmbitos materiais, como no acesso à terra e aos bens naturais e também imateriais, na ameaça à cultura, aos costumes, à estrutura social e aos saberes tradicionais. A transferência compulsória das famílias quilombolas para as agrovilas afetou de diversas maneiras o processo de trabalho e produção e os modos de vida dessas comunidades, já que eles estão diretamente relacionados com o território onde vivem. Um dos maiores impactos foi a perda do acesso ao mar. Considerando que a alimentação e a subsistência das comunidades quilombolas dessa região são baseadas na pesca, a sua remoção para locais distantes do mar tem comprometido a sua soberania alimentar.

Durante muito tempo as pessoas que sofreram o remanejamento foram proibidas de acessar o mar e durante grande período que o Centro funcionou, quando estavam ocorrendo os lançamentos de foguetes, todo o litoral de Alcântara, de Mamuna até São João, que é uma comunidade que tem aqui perto, ela era proibida, durante as campanhas de lançamento, de acessar o mar para pescar, que é a fonte de sobrevivência dessas famílias. Isso de 20 a 40 dias e nesse intervalo nada era oferecido pra compensar: cesta básica... nada, nada

era oferecido pra compensar as famílias. Elas eram proibidas de acessar o mar [...] e havia todo um processo de fiscalização, de todo o litoral, de helicóptero. Então, já houve alguns casos em algumas comunidades, os militares olhavam os pescadores nesse período que era proibido e aí botava dentro de um helicóptero e botava na frente e levava pra dentro da comunidade, então temos todo tipo de situação de total arbitrariedade e que após 88, após a redemocratização isso não cessou (moradora de Canelatiua).

E até hoje, a Base estando sem funcionar, eles, mesmo assim, não têm acesso a praia. É por dia, por hora, tem que ter um crachazinho, uma carteirinha lá pra ter uma hora, pra ter a hora de entrar no mar, de sair. Tudo é controlado por eles, não é pela maré não, pro pessoal da agrovila lá que foram relocados e jogada lá pro centro. Aí tem a hora de pescar. Entrando agora às 6 horas da tarde, dez horas da noite, no máximo, vai ter que estar voltando. E aqui pra nós não, aqui você pode sair seis horas da tarde e chegar até de manhã em casa, não tem problema nenhum. E lá não, tudo é controlado por eles lá. E não é todo mundo que vai, só pode entrar quatro, não pode entrar outro porque se não eles voltam. Na portaria tem o controle deles lá (morador de Canelatiua).

O pessoal das agrovilas, que foi remanejado, eles são proibidos de entrar pra ir visitar os seus próprios mortos, que na época tinha cemitérios, tudo lá. E eles são proibidos! Eles não cultuam os mortos deles! As famílias, ali, não vão lá, eles não visitam. Isso é muito ruim! Isso é muito triste pra gente! É por essa razão, mais forte, que a gente resiste (morador de Mamuna).

Apesar dos investimentos realizados para a criação e implementação do Centro de Lançamento de Alcântara e a desapro-

priação e deslocamento compulsórios das comunidades quilombolas, que provocaram sua desestruturação social, econômica e cultural, a tentativa de consolidação do Programa Espacial Brasileiro, que há décadas tem proporcionado contínuas agressões à vida dos quilombolas das comunidades Mamuna e Canelatiua, foi um fracasso. Uma das lideranças dos quilombolas confirma esse fracasso.

O Centro de Lançamento de Alcântara foi criado para o desenvolvimento da Política Espacial Brasileira, e o grande programa dessa política é a fabricação dos VLS (Veículos Lançadores de Satélite), porque é um programa desenvolvido com tecnologia toda nacional e que lançariam o primeiro satélite totalmente brasileiro no espaço. E é o que daria autonomia ao programa espacial. As três tentativas de lançamento fracassaram. A primeira em 1997, que explodiu segundos depois do lançamento. Teve o de 1999 que eles perderam o controle, ele estava indo em direção da Ilha de São Luís, e teve que explodir em pleno voo. O terceiro, em 2003, que foi a última, foi o mais emblemático porque ele explodiu na plataforma, e já todo abastecido, um combustível altamente sensível. Existe um teste de segurança, que a partir do momento que você abastece o foguete não pode ter mais ninguém lá dentro da plataforma. Por todo o controle, segurança, últimos testes de segurança são feitos por computador remoto, a quilômetros de distância. Algumas perguntas que especialistas fazem é porque atraiu toda a cúpula nas vésperas do lançamento para dentro da plataforma com o foguete abastecido. Isso é uma pergunta que ninguém responde, ninguém sabe. Há várias teorias para isso, conspiração, sabotagem, e existe uma teoria de falha humana. [...] Com a falha do VLS a solução apontada pelo Estado brasileiro foi comercializar o Centro e nós vamos ar-

car com tudo isso, com o fracasso dos militares na gestão (liderança de Canelatiua).

A proposta mais recente de criação do Centro Espacial de Alcântara (CEA) para abrigar projetos de caráter civil e comercial, colocou mais lenha na fogueira da insegurança dos quilombolas. Para sua concretização era preciso quase seis mil hectares a mais do que os já tomados pela Aeronáutica para a construção das bases para lançamentos e administração do CEA. Com esta ampliação, outras comunidades quilombolas teriam limitado o seu acesso ao litoral, meio de subsistência e vida da maioria das comunidades quilombolas de Alcântara.

Um episódio ocorrido na comunidade vivenciada Mamuna, e confirmado por pessoas desta comunidade, mostra o que os quilombolas de Alcântara têm passado ao longo desses anos e a força que têm para enfrentar os ataques que visam destruir seu território e sua cultura. No acordo estabelecido entre Brasil e Ucrânia para o comércio de lançamento de foguetes, realizado em início de 2008, algumas empresas terceirizadas, entraram em Mamuna e em outras comunidades sem o consentimento das mesmas, retirando e destruindo a vegetação e seus roçados.

Adentravam áreas dos quilombolas que vivem e trabalham no litoral de Alcântara, sem o consentimento das famílias, destruindo babaçuais e outros conjuntos de elementos naturais importantes da cobertura florestal. Abriam estradas e veredas, realizavam perfurações, destruíam roçados, a pretexto de realizar trabalhos prévios de engenharia e estudos de viabilidade para futura edificação de novas estruturas de lançamentos de artefatos espaciais (SOUZA FILHO e ANDRADE, 2020).

Também avançaram numa ação sob o rio que abastecia de água doce a comunidade

de Mamuna e que proporcionava momentos de descanso. O rio era uma parte integrante da comunidade, era um local de banho, lazer e pesca, e, portanto possuía importante significado social e cultural. Essa situação é um exemplo do descaso e da negligência do Estado para com as comunidades tradicionais, um desrespeito às suas especificidades, às suas culturas e às suas identidades.

A gente tinha um rio bacana, tem o rio ainda, o Rio da Mamuna que a gente chama. O rio, ele era tão vivo, tão legal mesmo, se eu levasse uns peixes do rio lá, bacana. Aí eles vieram aqui, entraram aqui, fizeram um monte de estradas aí, aqui na cabeceira do rio, na frente do rio lá. Aí passou uns 3 anos o rio secou. O rio era para tomar banho, e a gente não tinha poço artesiano também, a gente não tinha não, era tudo no rio. Aí, como foi acontecendo tudo isso, o pessoal da prefeitura de Alcântara veio fazer o poço aqui (morador de Mamuna).

O rio aqui passou 3 anos que ele secou direto devido a um trabalho que eles fizeram na cabeceira desse rio aí e o rio sentiu muito. Eles fizeram uma sondagem sem autorização do pessoal, entraram de pirata. Entraram de mansinho para fazer uma sondagem não sei de que e aí acabou destruindo o leito do rio, a cabeceira né que a gente chama, a nascente aí destruiu e o rio nunca mais prestou. O rio é para tudo assim, servia para tudo, para tomar banho, para pescar, para ser admirado (morador de Mamuna).

Entretanto, a população reagiu a esta destruição e parou as máquinas das empresas que estavam na comunidade por terem “destruído áreas onde realizavam atividades agrícolas e extrativas e também por ameaçar de assoreamento a nascente do rio que abastece as casas” (SOUZA FILHO e ANDRADE, 2020), e levantaram barricadas,

deixando entrar na comunidade apenas as pessoas conhecidas.

Incertezas

As comunidades quilombolas de Alcântara têm lidado diariamente, há décadas, com a insegurança e o risco de perderem não só seus territórios, mas também a liberdade de existir e viver de acordo com as suas tradições e modos de vida. No período no qual a Vivência Amazônica 2019 esteve nas comunidades Mamuna e Canelatiua foi possível perceber uma enorme incerteza sobre os seus destinos devido às ameaças que continuam pairando sobre seus moradores.

Nos diálogos e debates nas comunidades vivenciadas foi percebido que é urgente e central a necessidade da regularização fundiária de seus territórios quilombolas, que também perpassa pela consulta prévia, livre e informada, pela não expansão da base de lançamento, dentre outras. Por não terem suas terras regularizadas, têm sido continuamente ameaçados, pela Aeronáutica, de serem retirados compulsoriamente de seus territórios de vida e trabalho devido a um projeto de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, inserido no Acordo de Salvaguarda Tecnológica (AST).

A centralidade de qualquer ação é a regularização fundiária do território, porque é justamente a regularização fundiária do território que vai levar segurança jurídica, autonomia para negociar, para discutir negociação, para discutir compensação, para discutir fundo, para discutir tudo (liderança de Canelatiua).

Quando você não titula o território e você nega o direito de consulta, você retira a autonomia política dessas comunidades de decidir sobre o futuro, e isso só encontra paralelo, negação do direito de planejar, só

encontra paralelo, no Brasil colônia quando o Império negava aos negros e negras o direito de decidirem, negavam o direito a própria condição de sujeitos políticos e sujeitos de direitos, então há uma lógica também muito racista do ponto de vista estrutural, institucional, estabelecida em Alcântara que é a negação de direitos, por conta de sermos comunidades negras, e sermos comunidades quilombolas (liderança de Canelatiua).

O Acordo de Salvaguarda Tecnológica, assinado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos em março de 2019 e aprovado pela Câmara dos Deputados, em outubro do mesmo ano, disponibiliza o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para o uso comercial. Entretanto para sua concretização é necessária a ampliação do CLA e consequentemente a expulsão das comunidades quilombolas, centenárias naqueles territórios. As desinformações e ameaças são predominantes entre os moradores e moradoras das comunidades quilombolas vivenciadas.

Nesse projeto agora nós não sabemos de nada, nunca fomos consultados, pra nada... e aí há uma preocupação muito grande porque nós sabemos que nós moramos num país hoje aonde os quilombolas são discriminados, são desrespeitados, e os direitos são negados, as provas tão aí... tá se vendo aí ó. [...] O presidente assinou, todo mundo hoje sabe pela televisão. Assinou esse projeto com os Estados Unidos e eles vêm, mas o nosso desejo é que eles ficassem apenas com o que eles já têm, não viesse expandir, né? Porque nós sabemos que se vier expandir a gente... tudo aqui vai sair. Tudo aqui tá dentro da área. Hoje eu me preocupo muito porque muitas e muitas vezes eu deito na minha cama ou então na minha rede, durmo e acordo e não consigo mais dormir pensando como é o dia de

amanhã. Eu já tô vivendo os últimos dias de vida, né, porque eu já tô idoso, mas as minhas netas, a minha filha, os filhos dos meus amigos, os netos dos meus amigos que tão aqui como será o futuro desse pessoal? (morador de Canelatiua).

O que mais afeta, o que mais indigna a gente, o nosso psicológico, é da gente sair daqui, onde a gente tem as matas, onde a gente planta e tudo a gente colhe, e esta praia... Porque ali é nossa feira onde tiramos tudo, a nossa sobrevivência. Todo mundo conhece todo mundo. Aqui nós somos só uma família. E quando o outro tá precisando, o outro tá junto pra tá ajudando o outro. E aí, a gente saindo daqui a gente não sabe como a gente vai viver, de que maneira a gente vai viver, onde vai viver. Onde vão colocar cada uma dessas famílias e de que vai viver lá? Se realmente tem a pesca, como a gente tem aqui e se tem a terra farta, como aqui nós temos e outras coisas mais que a gente tem. Aqui a gente faz o óleo do babaçu, a gente faz o óleo da mamona, aqui a gente faz tudo! E isso é uma sobrevivência que a gente tem que não sabemos se nós vamos conseguir fazer essa sobrevivência lá. E na verdade, a gente nem sabe pra onde vamos. [...] Porque tá tudo tomado pela base. [...] Mexe com nosso psicológico, que a gente fica mesmo realmente abatido. A gente não sabe realmente o que fazer. E é isso o que mais comove a gente (moradora de Mamuna).

Não é que o Centro de Lançamento seja o problema pra gente, mas é a forma como eles nos tratam, a forma como eles chegaram... como foi a implantação... como eles tão querendo expandir que é o problema. Porque ter um centro de lançamento no município de Alcântara a gente entende que é uma coisa importante pra gente, pro Maranhão, pro Brasil e pro mundo, nós temos o melhor lugar do mundo pra fazer

esse tipo de lançamento, então é importante. Agora, ter um centro de lançamento que não respeita as comunidades, não respeita o povo tradicional e tenta passar por cima como se nós não existíssemos, aí não dá pra aceitar. Nós queremos é fazer parte desse centro, nós não temos o conhecimento tecnológico, mas nós podemos ser bons vizinhos' (liderança de Canelatiua).

Organização dos/as Quilombolas

Se por um lado as ameaças estão presentes nas comunidades, a força para lutar e resistir também tem sido uma constante. O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR-Alcântara), criado em 1971, era a organização representativa dos trabalhadores e das trabalhadoras que viviam nas comunidades do município na ocasião da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), na década de 1980. Posteriormente, estimuladas pelo próprio Sindicato, outras organizações foram sendo criadas para defender os territórios quilombolas. Destaca-se o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE); o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA); e a Associação do Território Quilombola de Alcântara (ATE-QUILA). Também é importante mencionar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (SINTRAF-Alcântara) e outras organizações no âmbito estadual como a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), entre outras (SOUZA FILHO e ANDRADE, 2020; ALMEIDA, 2007).

O STTR de Alcântara realizou ações na justiça em defesa dos quilombolas e seus territórios e estimulou encontros e seminários para debater e agir frente à situação,

o que contribuiu para a criação de algumas das demais organizações. O Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais, realizado em 1999, foi uma destas atividades onde a concepção do MABE foi materializada, reforçando a luta por seus direitos, em defesa dos territórios e contra remoção compulsória dos quilombolas. O Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) toma a dianteira do enfrentamento e defesa dos direitos dos atingidos pela base espacial e as parcerias se ampliam ainda mais, tomando caráter nacional, e a batalha jurídica se intensifica (ANDRADE, 2015).

Em todo esse período de defesa dos territórios quilombolas, desde finais da década de 1980, dois instrumentos foram importantes: a Constituição de 1988, denominada de Constituição Cidadã, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais. A primeira garante às comunidades quilombolas o direito às terras que trabalham e vivem, principalmente, através do artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A Organização Internacional do Trabalho em sua Conferência Geral realizada em Genebra, Suíça, em 1989, adotou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais¹⁰. No Brasil ela foi aprovada em 2002 pelo Congresso Nacional brasileiro e promulgada em 2004 por Decreto Presidencial¹¹.

A Convenção 169 exige que seja realizada uma consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas ou tribais, o que significa que qualquer medida administrativa ou legislativa que os afete diretamente deve ocorrer posteriormente à informação da proposta à comunidade, ao seu debate e reformulação ou não da medida, e até a sua não realização, para qualquer definição de intervenção que altere o modo de vida destes povos. A decisão deve ser tomada em conjunto e em amplo diálogo e transparência. Sabedores dos direitos que a Constituição Cidadã e a Convenção 169 da OIT garantem, as organizações de defesa dos direitos dos quilombolas de Alcântara, em especial o MABE, puderam enfrentar juridicamente os desmandos do poder público brasileiro frente ao Acordo de Salvaguarda Tecnológica.

Nós fizemos uma carta e mandamos para o Congresso, e começamos a tentar construir uma agenda pautando o direito à consulta livre e informada. Nesse intervalo todo, nós começamos em Agosto do ano passado [2018], assim quando começou a vir à tona na mídia, a ideia do acordo, elaboramos nosso protocolo comunitário de consulta prévia livre e informada, já que o Estado não pautou com a gente, a gente se preparou, sabíamos que ia ser aprovado. Nos antecipamos, nos reunimos passamos o ano, de agosto de 2018 até agosto de 2019 nós andamos por todas as 200 comunidades de Alcântara, sem dinheiro, tirando dinheiro do nosso próprio bolso, pagando passagem do nosso próprio

¹⁰ A Conferência Geral da OIT que adotou a Convenção 169 foi realizada no dia 7 de junho de 1989, entrando em vigor internacional no dia 5 de setembro de 1991.

¹¹ A Convenção 169 foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro através do Decreto Legislativo 143, de 20 de junho de 2002 e depositado na OIT o instrumento de ratificação pelo governo brasileiro em 25 de julho do mesmo ano. Em 25 de julho de 2003 entra em vigor no Brasil e é promulgada pelo Decreto Presidencial 5.051, de 19 de abril de 2004.

bolso, vaquinha essas coisas, pra ir de comunidade em comunidade, para fazer a oficina dos protocolos e conseguimos fazer o encontro em Alcântara para aprovar o documento do protocolo das comunidades quilombolas de Alcântara, pra levar pra Câmara, pro Congresso, articulamos com o Ministério Público Federal, na verdade pressionamos né.

Nós pressionamos o Ministério Público Federal, tiramos uma nota técnica do MPF se colocando a favor do direito de consulta. A SBPC se manifestou contra o acordo e em favor das comunidades, a Comissão Dom Paulo Evaristo dos Direitos Humanos, fez uma boa nota técnica contra o acordo em favor das comunidades, a ABA, da antropologia, fez uma nota técnica. Conseguimos articular isso num curto espaço de tempo. Nós passamos um sufoco, nós vivemos mais em Brasília do que aqui. Eu passei quase um mês em Brasília, de agenda em agenda, nós conseguimos já no apagar das luzes, no dia da votação do acordo na câmara, nós conseguimos uma manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em favor das comunidades quilombolas de Alcântara, endereçada ao presidente da Câmara, dizendo que tinha que fazer consulta junto às comunidades antes da aprovação do acordo, dizendo que o Congresso é o espaço ideal porque a Convenção 169 diz que é mediante propostas legislativas. Então a Câmara era o espaço ideal, e mesmo assim... E no dia que fizemos uma única reunião com o presidente da Câmara, marcada para 15 horas, ele foi nos receber às 19 horas. E aí, ele disse que estava recebendo muita pressão do governo Bolsonaro, mas, sobretudo pela bancada do Maranhão no Congresso para aprovar o acordo. Então o acordo foi aprovado (liderança do MABE).

A Luta Continua

O convívio com os quilombolas das comunidades Mamuna e Canelatiua durante a realização da Vivência Amazônica 2019 possibilitaram o acompanhamento de algumas atividades produtivas e o modo de vida dessas comunidades que se encontram em estreita relação com a terra, o mar e a natureza. Durante essa Vivência foram percebidas as preocupações e as pressões que essas comunidades têm passado, resultado do Acordo de Salvaguarda Tecnológica entre os governantes dos EUA e Brasil para ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara para uso comercial. Mesmo depois de finalizados os dias nos quais a Vivência Amazônica esteve entre as famílias das comunidades, os participantes, através do Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz) se mantiveram em sintonia com as suas lutas.

Em finais de março de 2020, já marcado pela pandemia da COVID 2019, estas comunidades sofrem mais outro ataque. Para nossa surpresa, o General do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República emitiu uma resolução¹², que obriga as comunidades quilombolas a se retirarem da área de interesse do Programa Espacial Brasileiro. Esta resolução atinge cerca de 30 comunidades quilombolas do município de Alcântara, com aproximadamente 800 famílias.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece os direitos dos povos e comunidades, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garante o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos atingidos por projetos ou medidas legislativas ou administrativas. A Resolução nº 11 desconsiderou tanto a Carta Magna brasileira, quanto a Convenção

¹² A Resolução nº 11, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020, publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária.

169, evidenciando a violação dos direitos fundamentais das comunidades quilombolas de Alcântara e provocando mais uma instabilidade familiar, emocional e social.

Diversas organizações, institutos federais e universidades, e também o NEAz, se posicionaram contra a resolução, através de notas que mostravam a indignação com mais essa medida adotada pelo Governo Federal e logo durante uma pandemia dessa magnitude. As comunidades quilombolas Mamuna e Canelatiua são agricultoras, extrativistas e pescadoras e vivem em harmonia com seus espaços de vida e trabalho. Neles expressam sua ancestralidade e reafirmam a identidade quilombola. A expropriação dessas famílias quilombolas de seus territórios destruirá saberes, culturas e modos de vida.

O Ministério Público Federal (MPF) conseguiu, através de um compromisso firmado, que o governo federal não tomasse nenhuma medida para a retirada das comunidades quilombolas de Alcântara, imposta

pela Resolução nº 11, enquanto a pandemia da COVID-19 perdurar. O argumento para tal foi a possível baixa na participação na consulta aos membros das comunidades perante a calamidade nacional pela qual estamos passando. No entanto, o ideal é que ela fosse revogada. O compromisso apenas remete para mais adiante, após a pandemia, a discussão sobre a permanência dos quilombolas em seus territórios. O Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) continua reiterando sua disposição de somar à luta dessas comunidades pela permanência em seus territórios em defesa de seus direitos. Reforçamos a necessidade de consulta às populações quilombolas para que decidam sobre o que fazer e como fazer para uma convivência respeitosa entre o Centro de Lançamento de Alcântara e as comunidades quilombolas que precisam de seu território para sobreviver econômica, social e culturalmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (coord). Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, nº 3. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005. 12 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas de Alcântara e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Vol. 2, Brasília: MMA, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula. Modalidades de resistência e dinâmicas de mediação no caso dos quilombolas de Alcântara – cronologia de uma disputa territorial (1980-2013). In: Anais... XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 20 a 23 de Julho de 2015.

ARAÚJO, Maria do Socorro Gomes; DOMINGOS, Leite Lima Filho. Tecnologia aeroespacial e desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 2, n. 2, p. 209-225, 2006.

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. Território étnico: conflitos territoriais em Alcântara - Maranhão. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale da Paraíba, São José dos Campos, São Paulo 2011.

BRASIL. Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto no 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de dezembro de 1979.

BRASIL. Decreto Presidencial de 8 de agosto de 1991. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e respectivas benfeitorias necessárias à implantação, pelo Ministério da Aeronáutica, do Centro de Lançamento de Alcântara, em Alcântara no Maranhão. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de agosto de 1991.

FARIA, Regina Helena Martins de e DUTRA, Edvaldo Dorneles. Alistamento Voluntário para as Forças Militares - Maranhão, meados do século XIX. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, julho 2011.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. O Projeto Português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759): reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América Equinocial. Brasília, 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História Social. 230 p.

SILVA, Adriana Bezerra Lima. Formação Territorial da Reserva Extrativista do Ciriaco em Cidelândia-Ma e sua Reprodução Frente à Reestruturação Produtiva. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, 2018. 73 p.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Centro de Lançamento de Alcântara: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018. 58 p. (Texto para discussão nº 2423).

LOPES, Danilo da Conceição Serejo. As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara. São Luís, 2016. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política, Universidade Estadual do Maranhão, 2016. 94 p

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Estampa: O império luso-brasileiro, 1500-1620, Vol. VI, coord. Harold JOHNSON e Maria Beatriz Nizza da SILVA, 1992.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. A Dois Graus do Equador: o Estado brasileiro contra os quilombolas de Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2020. 307 p. Disponível em: <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao?idProducao=1319921&key=9c14db06b5973c5a550717c815ebb87f>>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos e todas que contribuíram na construção da Vivência Amazônica e aos/as que estiveram conosco nesses dias em que os participantes da Vivência Amazônica 2019 tiveram a oportunidade de compreender um pouco sobre a realidade e as lutas dos quilombolas das comunidades de Mamuna e Canelatiua, do município de Alcântara, no estado do Maranhão. Um especial agradecimento para a Valdirene Ferreira Mendonça, secretária de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR-Alcântara) e ao Danilo da Conceição Serejo Lopes, da comunidade Canelatiua e liderança do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) que contribuíram para articular nossa ida às comunidades; a alimentação que repôs nossas energias para continuar vivenciando e também a acolhida nas casas de moradores, tornando mais rica nossa Vivência Amazônica. Agradecemos ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR-Alcântara), Antônio Marcos Pinho Diniz, por ter nos recebido no Sindicato e apoiado a nossa permanência em Alcântara. Gostaríamos também de agradecer ao Professor Edalton dos Reis Silva, que na ocasião era Diretor do Campus de Alcântara do Instituto Federal do Maranhão, pelo apoio na disponibilização do transporte que proporcionou o acesso da Vivência Amazônica às comunidades Mamuna e Canelatiua. Por fim, estamos grandemente agradecidas/os pelos relatos, acolhida e carinho de Lorença Vieira Morais, Maria José Lima Pinheiro, Ana Paula Barbosa, Bruna Barbosa dos Anjos, Debora Raissa Pinheiro Mendes, Joana Batista Barbosa Diniz, João da Mata Sales, Luziana Silva Serejo, Marcos Daniel P. Mendes, Maria dos Santos Ferreira Ramos, Raimundo Francimar Rabelo Mendes, Rebeca P. Mendes da comunidade de Mamuna; e de Dorinete Serejo Morais, José Inaldo Correia Ribeiro, Ana Cleide Torres Diniz, Antônio Serejo Ribeiro, Cristina Saraiva, Derlina Serejo Ribeiro, Dionato do Desterro Serejo Ribeiro, Iracema Serejo Morais, Joana Batista Ramos dos Santos, José Serejo, Maria Gorete Azevedo Braga, Maria Zélia Correia Ribeiro, Nelci Mônica Lemos e Rosita dos Remédios Ferreira Saraiva (em memória) da comunidade Canelatiua. Não esqueceremos a força dessas comunidades para permanecerem em seus territórios de direitos.

FOTOGRAFIAS



Construído e organizado por moradores e moradoras da comunidade quilombola de Canelatiua, em Alcântara, Maranhão, o Centro de Saberes Quilombola Mãe Anica, se constitui num espaço de auto-representação da comunidade, onde então expostos elementos representativos de seus saberes e práticas. Um dos objetivos é resgatar a memória da comunidade e contribuir na formação de crianças e jovens. Também é uma das formas que encontraram de contestar o "Museu da Base", que não leva em consideração a existência ancestral das comunidades quilombolas em Alcântara



Comunidade quilombola Canelatiua



Comunidade quilombola Canelatiua



Morador de Canelatiua indo para o território de pesca



Conhecendo os espaços utilizados pela comunidade quilombola Canelatiua



Lideranças de Canelatiua recebendo o NEAz



Moradoras/es de Canelatiua



Frutos de Mamona secando ao sol em Mamuna



Roda de conversa na comunidade quilombola de Mamuna



Moradores de Mamuna e os participantes da Vivência Amazônica



Casa de farinha da comunidade Mamuna



Casa com aproveitamento de água da chuva na comunidade Mamuna



Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus de Alcântara

PARTICIPANTES DA VIVÊNCIA AMAZÔNICA 2019

ESTUDANTES

Alexandre Arnaud Stemler Reis - Ciências Ambientais
Aline Mirian Souza Lima - Serviço Social
Amanda Pereira Gomes da Silva - Ciências Biológicas
Ana Beatriz Ribeiro Sena - Letras
André João Guilherme Martins Costa - Educação Física
Anna Clara de Faria Martins Vieira - Artes Visuais
Barbara costa Resplandes - Arquivologia
Bruna Braz Braga - Ciências Biológicas
Bruno Godoy de Moraes - Administração
Fiorella Rojo - Direito
Gabriel de Araújo Palmés - Ciência Política
Gabriel de Medeiros Jerônimo - Engenharia de Produção
Gabriely Kelly Santos Feitosa - Ciências Biológicas
Hebert Max Yammine de Almeida - Engenharia de Energia
Helena Dorneles Barbieri de Campos - Artes Visuais
Heloisa Goulart Vilela - Arquitetura e Urbanismo
Igor Mesquita Reinaldo - Comunicação Social
Igor Rodrigues Gonçalves - Engenharia Ambiental
Isabella Ferreira dos Santos - Ciências Naturais
Jefferson Martins Demétrio - Saúde Coletiva
José Rocha Grossi - Ciências Ambientais
Karin Giselle Pereira Jakobowicz - Ciências Biológicas
Lana Cristina Fernandes Rocha - Serviço Social
Lara Diniz Noblat - Gestão de Políticas Públicas
Larissa Gomes Machado - Ciências Ambientais
Lila Shalamar Aquino de Oliveira - Ciências Ambientais
Lucas de Mendonça Nunes - Saúde Coletiva
Ludmila Ewerton Moura - Engenharia Ambiental
Marcela Dálete de Moraes Santos - Ciências Ambientais
Pedro Gabriel Canuto Costa - Comunicação Social
Pedro Leon Figueredo Alves - Filosofia
Pedro Saliba Curi - Audiovisual
Raquel Moreira Wazlawosky - Serviço Social
Taryk Robert de Araújo Maciel - Geografia
Thainah Pereira de Freitas - Engenharia Ambiental
Tiago José de Menezes Cardoso - Engenharia Mecânica
Vanessa da Silva Rodrigues - Ciências Ambientais

PROFESSORES/AS DO NÚCLEO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

Ana Paula Vidal Bastos
Enaile do Espírito Santo Iadanza
Manoel Pereira Andrade

TÉCNICOS/AS DA UnB

Glauce Martins - INT
Vinícius Acioli Alves - UnBTV
Serena Veloso Gomes - Secom

